



AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE GENERAL CÂMARA
Pregão Eletrônico nº 017/2017
Processo nº 173/2017

OBJETO: Registro de Preços PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRAFICOS NA Aquisição de Blocos, fichas e prontuários da Secretaria de Saúde.

INÍCIO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 11/09/2017 às 08h00min horas.

LIMITE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 22/09/2017 às 08h00min horas.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 22/09/2017 às 08h05min horas.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA:

Lote 01 a 11 - 22/09/2017 às 09h00min

LOCAL: Município de GENERAL CÂMARA, no seguinte endereço eletrônico: www.pregaobanrisul.com.br ou em link no site www.generalcamara.com

REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: MÍNIMO 60 DIAS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO TOTAL POR ITEM

CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: A Condição Expressa no Edital

General Câmara, RS, 11 de Setembro de 2017.

VANDELINA CONCEIÇÃO NUNES DA SILVA
Pregoeiro





PREGÃO ELETRÔNICO nº 017/2017

Registro de Preços

O Município de GENERAL CÂMARA, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 031, de 01 de Junho de 2009, e subsidiariamente pela Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, para **REGISTRO DE PREÇOS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS NA** Aquisição de Blocos, fichas e prontuários da Secretaria de Saúde, conforme especificações descritas no **Termo de Referência** (Anexo I), o qual passa a ser parte integrante do presente Edital, devendo ser observadas as seguintes disposições:

1. OBJETO:

1.1 – O objeto da presente licitação é a seleção de propostas visando o **REGISTRO DE PREÇOS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS NA** Aquisição de Blocos, fichas e prontuários da Secretaria de Saúde, os quais poderão ser utilizados pela Administração para aquisição em contratos futuros.

1.2 - Os produtos a serem registrados constam no ANEXO I deste edital, que faz parte integrante do mesmo.

1.3 – As quantidades constantes no ANEXO I deste edital poderão não ser adquiridas pelo Município. Se adquiridas, serão fornecidas pela(s) licitante(s) vencedora(s), mediante emissão de ordem de fornecimento (empenho), de acordo com o disposto neste edital, podendo o fornecimento ser parcial ou total, de acordo com as necessidades do Município.

2 - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A validade dos preços registrados será de 01 (um) ano, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços.

3 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

ASPS (40 MUNICIPAL) 142, RECURSOS PAB FIXO E VARIÁVEL, ESF – 2927, VIG. EPIDEMIOLÓGICA 765, GESTÃO SUS 5316.

4. CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

Poderão participar deste Pregão as pessoas jurídicas que estiverem cadastradas e habilitadas junto à Seção de Cadastro da CELIC - Central de Licitações do Estado do Rio Grande do Sul e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, conforme estabelecido neste edital.





5. CREENCIAMENTO

5.1. O credenciamento dos Licitantes dar-se-á pelas atribuições de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema obtidos junto à Seção de Cadastro da Central de Licitações do Estado do Rio Grande do Sul – CELIC, de acordo com a *Instrução Normativa n.º 002/2004* daquele órgão.

5.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema (CELIC) implica a responsabilidade legal do Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.3. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de GENERAL CÂMARA, à CELIC, à PROCERGS ou ao BANRISUL responsabilidade por eventuais danos causados por uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4. A perda da senha ou quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente à Seção de Cadastro da CELIC e ao Departamento de Licitações e Contratos do Município, para imediato bloqueio de acesso.

6. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

6.1. CERTIFICADO de Fornecedor do Estado – CFE, emitido pela CELIC válido na data para a apresentação das propostas. O Certificado deverá estar acompanhado do seu anexo para ser válido.

6.1.1. Caso algum dos documentos elencados no corpo do CFE esteja com prazo de validade expirado, o Licitante deverá apresentar documento válido, juntamente com o CFE.

6.1.2. Caso a licitante não seja cadastrada na CELIC, deverá apresentar as documentações abaixo, todas válidas para data da sessão de disputa;

6.2. CERTIDÃO da DRT (Delegacia Regional do Trabalho) ou **Declaração** de que cumpre o disposto no inciso **XXXIII do art. 7º** da Constituição Federal, conforme modelo (**anexo IV**), **caso não conste no Certificado de Fornecedor do Estado.**





6.3. PROPOSTA contendo a descrição do objeto, os valores unitários e totais em moeda nacional, conforme os lances aceitos na sessão de pregão.

6.4. Cartão de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CNPJ/CGC) atualizado, com a descrição da atividade econômica compatível com o objeto da Licitação, e em caso de alteração da atividade econômica, trazer também documento comprovando a alteração.

6.5. CERTIDÃO Negativa conjunta de débitos relativos aos Tributos Federais e à dívida ativa da união.

6.6. CERTIDÃO de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.

6.7. CERTIDÃO de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio do licitante.

6.8. CERTIFICADO de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

6.9. CONTRATO da empresa e suas alterações (se houverem).

6.10. DECLARAÇÃO que não se inclui no § 4º da Lei Complementar nº 123/2006, quando for o caso, conforme modelo (anexo IV).

6.11. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, validade mínima 30 dias;

6.12. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, validade mínima 30 dias;

6.13. DECLARAÇÃO da proponente de que não pesa contra si de **INIDONEIDADE** expedida por órgão da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** qualquer esfera, conforme modelo (anexo II), **caso não conste no Certificado de Fornecedor do Estado.**

declaração
de





6.14. CERTIDÃO da DRT (Delegacia Regional do Trabalho) ou Declaração de que cumpre o disposto no inciso **XXXIII do art. 7º** da Constituição Federal, conforme modelo (anexo III), **caso não conste no Certificado de Fornecedor do Estado.**

6.15. CONTRATO da empresa e sua suas alterações (**se houverem**).

7. HABILITAÇÃO

7.1. Para fins de habilitação, o autor da melhor proposta deverá encaminhar, via e-mail, no prazo máximo de 2 (duas) horas, após encerrada a disputa, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da sessão do Pregão os documentos relacionados no item três supracitado.

7.2. Os documentos solicitados deverão ser apresentados em cópia autenticada por cartório competente, por servidor da Administração Municipal, publicação em órgão da Imprensa Oficial ou com original para que se proceda à autenticação.

8. PROPOSTA

8.1. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras a sua proposta e lances.

8.2. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.3. A **Proposta de Preço** deverá consignar expressamente, os **valores unitários e totais** dos bens, em moeda nacional. Nos preços deverão estar contempladas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, toda e qualquer despesa que venha a incidir sobre o preço do bem.

8.4. O **valor total** do Item será considerado para a fase de lances.

8.5. Cronograma com o prazo de entrega dos bens se houver.

8.6. A validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.





8.7. As propostas deverão atender integralmente o **Termo de Referência** (Anexo I) deste Edital.

8.8. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes nos **preços totais** ofertados até, no máximo, **2 casas decimais** após a vírgula.

8.9. Prazo de entrega conforme o especificado no Termo de Referência.

8.10. Não serão aceitos preços totais com mais de dois dígitos após a vírgula, sendo a proposta desclassificada quanto ao respectivo item.

9. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

9.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública, com a divulgação das propostas de preço recebidas, as quais devem estar em perfeita consonância com o **Termo de Referência - Anexo I**, deste Edital.

9.2. Incumbirá aos Licitantes o acompanhamento das operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão e a responsabilidade pelos ônus decorrentes da perda de negócios pela inobservância das mensagens emitidas pelo sistema ou em razão de desconexão.

9.3. Os Licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem excluídos do certame pelo Pregoeiro.

9.4. Será considerada aceitável a proposta que:

a) atenda a todos os termos deste Edital;

b) contenha preço compatível com os praticados no mercado.

Parágrafo Único. Constatada a existência de proposta(s) inexeqüível (eis) o Pregoeiro excluirá o Licitante da etapa de lances.

9.5. Aberta à etapa competitiva, os Licitantes poderão encaminhar lance exclusivamente por meio do provedor eletrônico.

9.6. Os Licitantes poderão, durante o horário fixado para recebimento de lances, oferecerem lances sucessivos, com valores inferiores ao último lance registrado no sistema.





9.7. Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo o lance recebido e registrado em primeiro lugar pelo provedor.

9.8. Durante a sessão pública, os Licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais Licitantes, sendo vedada à identificação do detentor do lance, conforme item 9.3 supracitado.

9.9. A etapa de lances será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá o período de tempo de **até 30 (trinta) minutos**, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

Parágrafo Único. A sessão pública do Pregão só estará concluída após declarados os vencedores do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos Licitantes manterem-se conectados ao sistema até o final desta etapa.

9.10. O pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao Licitante que tenha apresentado o menor lance, para que seja obtido preço melhor e assim decidir sobre sua aceitação.

9.11. Em havendo desconexão entre o Pregoeiro e os demais Licitantes por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

9.12. Quando houver desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema permanecer acessível aos Licitantes para recepção dos lances, quando possível à retomada do certame pelo Pregoeiro os atos até então praticados serão considerados válidos.

9.13. O Pregoeiro poderá suspender cancelar ou reabrir a sessão pública a qualquer momento.

9.14. O Pregoeiro anunciará o Licitante de melhor lance, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão acerca da aceitação do lance de menor valor.

9.15. O Licitante detentor do melhor lance deverá encaminhar, **no prazo de até 02 (duas) horas**, à Equipe de Apoio do Pregoeiro na Prefeitura Municipal de General Câmara, para o e-mail:





pregoeiro@generalcamara.com, a documentação relacionada no item 06 (seis).

9.16. Em até 02 (dois) dias úteis, contados do encaminhamento da documentação via fax, o Licitante deverá encaminhar os originais da documentação, bem como da proposta, devidamente assinada pelo representante legal, no seguinte endereço:

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CÂMARA

Setor de Licitações

A/C Pregoeiro

Rua David Canabarro, 120 – CEP 95.820-000.

General Câmara/RS

9.17. Em sendo habilitado, o Licitante será considerado vencedor.

10- PRAZO E FORMA PARA A ENTREGA:

10.1 - Os Objetos ora licitados deverão ser entregues 07 (SETE) dias imediatamente após a solicitação da Secretaria de Saúde do Município.

10.1.2 – Os objetos serão retirados na sede da empresa por Servidor Autorizado do Município de General Câmara, que fará a conferência do material solicitado, para tanto a empresa deverá estar situada no máximo a 60 km da sede do município.

11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos serão efetuados até o 30º (trigésimo) dia subsequente ao dia que a fatura for protocolada na Secretaria de Saúde. Se o término deste prazo coincidir com dia sem expediente na Prefeitura, considerar-se-á como vencimento o primeiro dia útil imediato.

11.2. A forma de pagamento do Município de GENERAL CÂMARA é por contra-empenho. As faturas que não estiverem corretamente formuladas deverão ser devolvidas dentro do prazo de sua conferência à contratada, e seu tempo de tramitação desconsiderado.

11.3. Somente serão pagos os valores correspondentes aos bens/serviços efetivamente entregues/realizados e atestados.





11.4. O Município poderá proceder à retenção do INSS, ISS e IRRF, quando for o caso, nos termos da legislação em vigor, devendo, para tanto, a licitante vencedora discriminar na NOTA FISCAL/FATURA o valor correspondente aos referidos tributos.

12 – DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

12.1 – Não haverá reajuste de preços durante a vigência do Registro de Preços de que trata o presente Edital.

12.2 – Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou bens tabelados por órgãos oficiais competentes ou nos casos de incidência de novos impostos ou taxas ou de alteração das alíquotas dos já existentes, os preços registrados poderão ser atualizados de conformidade com as modificações ocorridas, conforme dispõe o art.65,II “D”, da Lei 8.666/93 e alterações em vigor.

12.2.1 – Na hipótese prevista acima, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e objeto do registro e o preço da tabela da época.

12.3 – O beneficiário do registro poderá solicitar a atualização dos preços vigentes, através de solicitação formal ao Município, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos, que serão analisados e julgados pelo Município.

12.4 – Independentemente da solicitação de que trata o item 12.2, a Administração poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando as alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da sua publicação na imprensa oficial do Município.

12.5 – O preço alterado não poderá ser superior ao praticado no mercado.

13 - DAS PENALIDADES

13.1 – O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado pelo prazo de 01 (um) ano, facultado a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:

13.1.1 – Pela Administração, quando:

a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços;

b) o fornecedor não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não tenha retirado o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar a sua justificativa;





- c) o fornecedor der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente decorrente do registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- f) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

13.1.2 – Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

13.2 – A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no subitem 12.1.1 será feita por correspondência com aviso de recebimento (AR), juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

13.3 – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da publicação.

13.4 – A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração, se apresentada com antecedência de 30 (trinta) dias da data da convocação para firmar contrato de fornecimento pelos preços registrados, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

13.5 – Se por culpa do fornecedor, quando do recebimento da ordem de fornecimento (empenho), houver atraso superior a dez dias úteis na entrega do(s) produto(s), garantida a defesa prévia, sofrerá ele as seguintes penalidades:

13.5.1 - Por atraso superior a 10 (dez) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de meio (1/2%) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde décimo primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a trinta dias;

13.5.2 – Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15%(quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

13.5.3 – A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou pode ser inscrita, para cobrança como





dívida ativa do Município, na forma da Lei.

13.5.4 As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94.

13.5.5 A ocorrência das hipóteses previstas nos subitens 2.1.2 e 2.1.3 desta Cláusula, além da aplicação da multa poderão ser aplicadas sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei 8666/93, conforme segue:

13.5.6 Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 1 (um) ano no caso de inexecução parcial do contrato;

13.5.7 Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos no caso de inexecução total do contrato;

13.5.8 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos de determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação após o ressarcimento da Administração dos prejuízos resultantes da inexecução parcial ou total do Contrato.

14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Municipal e/ou entidade que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

14.3 - Os órgãos e/ou entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

14.4 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas.

14.5 - A não utilização do registro de preços será admitida no interesse da Administração e nos casos em que as aquisições se revelarem antieconômicas ou naquelas em que se verificarem irregularidades





que possam levar ao cancelamento do registro de preços.

14.6 - A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

14.7 - Quando os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores, visando a igual oportunidade de negociação.

14.8 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

14.9 - Aplicam-se aos contratos decorrentes do registro de preços o disposto no Capítulo III e aos participantes do procedimento do registro de preços ou contratados o disposto no Capítulo IV, ambos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no que couber.

15. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1. Decairá do direito de impugnação dos termos do Edital de Pregão aquele que não se manifestar em até 02 (dois) dias úteis anteriores a data prevista para a abertura da sessão do Pregão, apontado as falhas e irregularidades que o viciaram.

15.2. Dos demais atos relacionados com o Pregão, ao final da sessão pública, qualquer Licitante poderá manifestar imediatamente a intenção de recorrer, expondo a síntese de suas razões, em formulário eletrônico específico, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais Licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

15.3. A falta de manifestação, conforme acima especificado, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação, pelo Pregoeiro, do objeto ao vencedor.

15.4. Não serão aceitos como recursos às alegações que não se relacionem às razões indicadas pelo Licitante recorrente na sessão pública.





15.5. O recurso contra decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo, e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.6. Os autos deste Processo permanecerão franqueados aos interessados, junto ao Setor de Compras e Licitação na Prefeitura Municipal de GENERAL CÂMARA, Rua Gen. Davi Canabarro nº 120.

15.7. A apresentação de impugnação ou recurso, após o prazo estipulado no subitem anterior, receberá tratamento de mera informação.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS:

16.1. As dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital deverão ser dirigidas por escrito ao Pregoeiro, através do e-mail pregaoeletronico@generalcamara.com, com antecedência mínima de 02 (dois) dias da data marcada para a abertura da sessão pública.

16.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas estarão à disposição dos interessados no site: www.pregaoonlinebanrisul.com.br e/ou no site: www.generalcamara.com

16.3. Nenhuma indenização será devida ao Licitante pela apresentação de documentação ou proposta relativa a esta Licitação.

16.4. Os Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

16.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará o afastamento do Licitante, desde que, seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

16.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os Licitantes,





desde que, não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

16.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos Licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

16.8. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

16.9. Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal** da **Microempresa** ou **Empresa de Pequeno Porte** estas não serão inabilitadas, podendo participar do certame licitatório.

16.9.1. Antes da adjudicação do lote a vencedora, sendo ela **Microempresa** ou **Empresa de Pequeno Porte**, será verificada sua regularidade fiscal.

16.9.2. Havendo alguma restrição na regularidade fiscal será aberto prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para apresentar a regularização da restrição. Este prazo poderá ser prorrogado, por igual período, a critério da Administração.

16.9.3. A não regularização da documentação no prazo previsto do item 16.9.2 implicará em decadência ao direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação para a adjudicação do objeto, assinatura do contrato (quando for o caso) ou revogar a licitação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93.

16.10. A participação nesta licitação implica aceitação de todos os termos deste Edital.

16.11. O Município de GENERAL CÂMARA adjudicará o objeto desta Licitação a **um ou mais Proponentes**, reservando-se, entretanto, o direito de contratar parcialmente o objeto, sem que advenha disto, direito a qualquer reivindicação ou indenização.

16.12. A apresentação da proposta será a evidência de que o Licitante examinou e aceitou completamente as normas desta Licitação, e que obteve da PMGC todos os esclarecimentos satisfatórios à sua confecção, inclusive referente às normas, instruções e regulamentos necessários.





16.13. Fazem parte integrante deste edital o **Termo de Referência – Anexo I**, a **Declaração de Inidoneidade – Anexo II**, a **Declaração que não emprega menor – Anexo III** e a **Minuta de Ata de Registro de Preços – Anexo IV**.

General Câmara, RS, 11 de Setembro de 2016.

VANDELINA CONCEIÇÃO NUNES DA SILVA
Pregoeiro

HELTON HOLZ BARRETO
Prefeito Municipal





PREGÃO ELETRÔNICO nº 017/2017

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Início da Sessão de Disputa: 11/09/2017

Local: Município de GENERAL CÂMARA Site: www.pregãobanrisul.com.br

1. **Objeto: Registro de Preços - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS** NA Aquisição de Blocos, fichas e prontuários da Secretaria de Saúde.
- 2.
3. **Justificativa:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRAFICOS NA Aquisição de Blocos, fichas e prontuários da Secretaria de Saúde
- 4.
5. **Prazo de Entrega:** Os materiais deverão ser entregues em 07 (sete) dias, a contar do recebimento da Ordem de Compra e/ou Solicitação Secretaria de saúde.
6. **Local de entrega:** Sede da empresa por servidor autorizado do município, que fará a conferência do material solicitado, para tanto a empresa deverá estar situada no máximo a 60 km da sede do município.
7. **Pedido Mínimo: mínimo 20 blocos e/ou 200 fichas**
8. **Especificações e Quantidades:**

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	Valor (média)
01	1000 blocos	FICHA REQUISIÇÃO RESULTADO DE EXAMES COR BRANCA – TAMANHO 14,5CM ALTURA X 21 CM LARGURA 1.000 blocos 1x50	R\$ 2.369,00
02	3000 blocos	FICHA Atendimento Ambulatorial COR BRANCA – TAMANHO 14,5CM ALTURA X 21 CM LARGURA 3000 blocos 1x50	R\$ 3.900,00





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CÂMARA

17

PREGÃO ELETRÔNICO

03	1000 blocos	Referencia e contra referência 1 folha A4, frente e verso 29,5 CM DE ALTURA e 21 CM LARGURA	R\$ 5.900,00
04	500 blocos	Notificação de Receita B Cor Azul – tamanhos 15 CM LARGURA x 10 CM ALTURA 5.000 Blocos com 50 unidades numeradas	R\$ 7.400,00
05	5000 blocos	RECEITUÁRIO 1ª COR BRANCA 2ª via papel pardo – TAMANHO 21,5CM ALTURA X 15 CM LARGURA 5.000 blocos 2x50	R\$ 12, 000,00
06	500 blocos	Notificação de Receita B2 Cor Azul – tamanhos 15 CM LARGURA x 10 CM ALTURA 500 Blocos com 50 unidades numeradas	R\$ 1.440,00
07	3.000	FICHA ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO COR BRANCA – TAMANHO 22,5CM ALTURA X 15,5 CM GRAMATURA DA FOLHA 180G/m² 2 LADOS	R\$ 420,00
08	3.000	FICHA assistência médico sanitária COR BRANCA – TAMANHO 22 cm ALTURA X 22 CM frente e verso	R\$ 480,00
09	5.000	RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL 1ª COR BRANCA 2ª via papel pardo – TAMANHO 21,5CM ALTURA X 15 CM LARGURA 5.000 blocos 2x50	R\$ 23.00,00
10	5.000	Carteira de Hipertensão Frente e Verso – TAMANHO 21CM ALTURA X 29,5 CM LARGURA (sem ser dobrada) Gramatura da folha 180g/m² 5.000 unidades	R\$ 2.400,00
11	500	Notificação de Receita A cor amarela Frente – TAMANHO 3CM ALTURA X 7 CM largura 500 blocos 1x50	R\$ 1.000,00



**Item 01****FICHA REQUISIÇÃO RESULTADO DE EXAMES****COR BRANCA – TAMANHO 14,5CM ALTURA X 21 CM largura****1.000 blocos 1x50**

		MUNICÍPIO DE GENERAL CÂMARA SECRETARIA DA SAÚDE E MEIO AMBIENTE REQUISIÇÃO / RESULTADO DE EXAMES			HOSPITAL			
					PAM			
NOME							PRONTUÁRIO Nº	
IDADE	SEXO M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	COR B <input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/>	PESO	ALTURA	CLÍNICA	ENF.	LEITO	
DADOS CLÍNICOS								
MATERIAL A EXAMINAR								
EXAMES SOLICITADOS								
____/____/____ DATA				_____ CARIMBO E ASSINATURA DO MÉDICO				





Item 02

FICHA Atendimento Ambulatorial

COR BRANCA – TAMANHO 14,5CM ALTURA X 21 CM largura

3000 blocos 1x50

SIA/SUS-RS SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBULATORIAIS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE		16. NÚMERO DO ATENDIMENTO		FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL		
1. UNIDADE PRESTADORA DE ATENDIMENTO NOME DA UNIDADE: SECRETARIA DA SAÚDE DE GENERAL CÂMARA ENDEREÇO: _____ MUNICÍPIO: General Câmara UF: RS CÓDIGO SIABUS: 2228790		6. CÓDIGO ESPECÍF. ATIVID. PROFIS. (TABELA 1)		8. CÓDIGO DA TABELA DE PROCEDIMENTO (SIA/SUS)		9. MOTIVO DO ATENDIMENTO
2. IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE NOME: _____ SEXO: _____ IDADE: _____ ENDEREÇO: _____ BAIRRO: _____ MUNICÍPIO: GENERAL CÂMARA UF: RS		7. TIPO (TABELA 2)		11. TRATAMENTO/DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS		12. ASSIN. E CARIMBO DO PROFISSIONAL
3. DATA DO ATENDIMENTO ____/____/____ MOI. SIABUS - 000		4. HORA DO ATENDIMENTO		13. DIAGNÓSTICO / CID		15. PEGAR DIRETO
5. GRUPO (TABELA 3)		14. ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL				



Item 03

Referencia e contra referência

1 folha A4, frente e verso

29,5 CM DE ALTURA e 21 CM LARGURA



MUNICÍPIO DE GENERAL CÂMARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE DE AVALIAÇÃO E CONTROLE DOS SERV. DE SAÚDE

Documento de Referência e Contra Referência

Paciente:	_____
Endereço:	_____
Filiação:	_____
Data de Nascimento: ____ / ____ / ____	Telefone: _____

Investigação e Diagnóstico:

Especialidade a ser encaminhado:

Médico Responsável pela Referência - CRM

Consulta marcada: Data: ____ / ____ / ____ às ____: ____ horas N° _____

Dr(a): _____

Seg.: _____ Sala: _____

Hospital/Clinica: _____

Endereço: _____

Observações:

- Obedeça as datas e horários estabelecidos
- Em caso de dúvidas procure a secretaria da saúde
- Avise com antecedência por telefone se não for a consulta



**Item 04****Notificação de Receita B****Cor Azul – tamanhos 15 cm largura x 10 cm altura****5.000 Blocos com 50 unidades numeradas**

NOTIFICAÇÃO DE RECEITA		IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE	Medicamentos ou Substância
UF RS	DRS MUNICÍPIO Nº 863904	Prefeitura Municipal de General Câmara Rua Januário Batista, 531 General Câmara-RS	
de _____ de _____		PACIENTE-NOME	Quantidade e Forma Farmacêutica
ASSINATURA DO EMITENTE		ENDEREÇO	Dose por Unidade Posológica
IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR			Posologia
Nome: _____	Endereço: _____	CARIMBO DO FORNECEDOR	
Telefone: _____	Identidade N°: _____	NOME DO VENDEDOR _____	DATA _____
	Órgão Emissor: _____		
<small>Francaschi & Lopes Ltda. - Rua Ramiro Barcelos, 1112 - CNPJ: 03.581.768/0001-94 - 100 bls. 1x50 859.001 a 864.000 Autorização nº: 252/99</small>			



Item 05

RECEITUÁRIO

**1ª COR BRANCA 2ª via papel pardo – TAMANHO 21,5CM ALTURA X 15 CM largura
5.000 blocos 2x50**



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE GENERAL CÂMARA**
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

RECEITUÁRIO

NOME: _____

DATA: ____ / ____ / ____





Item 06

Notificação de Receita B2

Cor Azul – tamanhos 15 cm largura x 10 cm altura

500 Blocos com 50 unidades numeradas

NOTIFICAÇÃO DE RECEITA		IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE		Medicamentos ou Substância	
UF RS	DRS	B 2	Prefeitura Municipal de General Câmara	Insólitos	
	MUNICÍPIO		Rua Januário Batista, 531		
Nº02 213326		General Câmara-RS			
PACIENTE-NOME		Quantidade e Forma Farmacêutica			
de de		ENDEREÇO.....		Dose por Unidade Posológica	
ASSINATURA DO EMITENTE			Posologia	
IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR			CARIMBO DO FORNECEDOR		
Nome:			NOME DO VENDEDOR DATA		
Endereço:					
Telefone:					
Identidade Nº: Órgão Emissor:					
Franceschi & Lopes Ltda. - Rua Ramiro Barcelos, 1112 - CEP: 93.581.768/0001-94 - 80 bis. 1x25 02 Nº 213.001 a 215.000 Autorização nº: 252/99					



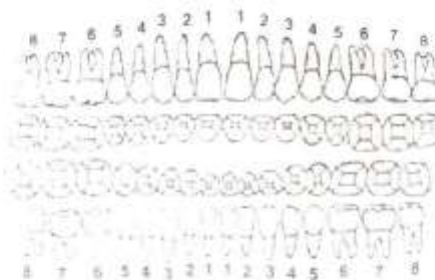
Item 07

FICHA ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO

COR BRANCA – TAMANHO 22,5CM ALTURA X 15,5 CM

GRAMATURA DA FOLHA 180G/m² 2 LADOS – 3.000 FICHAS -

Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE GENERAL CÂMARA**
Secretaria Municipal da Saúde

Ficha de Atendimento Odontológico

Nome: _____

Data de nascimento: ____ / ____ / ____ Naturalidade: _____

Filiação: _____

Endereço: _____

Observações: _____

Controle de Consultas

Data	Procedimento	Odontólogo





Verso FICHA ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO

Controle de Consultas		
Data	Procedimento	Odontólogo





Item 08

FICHA assistência médico sanitária

COR BRANCA – TAMANHO 22 CM ALTURA X 22 CM

3.000 unidades frente e verso



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GENERAL CÂMARA
SECRETARIA DA SAÚDE

Nº 011501

1. Nº de registro

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA

2. Nome: _____ 3. Sexo: _____
 4. Endereço: _____ 5. Fone: _____
 6. Data de Nascimento: ____/____/____ 7. Lugar de Nascimento: _____
 8. Estado Civil: _____ 9. Profissão: _____
 10. Nome do Pai: _____ 11. Profissão do Pai: _____

Hipertensão:					VERIFIQUE A CARTEIRA DE VACINAÇÃO!	
Diabético:					PREENCHA CORRETAMENTE A F.A.A.	
DATA	PESO	ALT	TEMP	PA	CONSULTAS - VISITAS - EXAMES DE LABORATÓRIO - PRESCRIÇÕES	ASSINAT.





MUNICÍPIO DE GENERAL CÂMARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE DE AVALIAÇÃO E CONTROLE DOS SERV. DE SAÚDE

Documento de Referência e Contra Referência

Paciente: _____
Endereço: _____
Filiação: _____
Data de Nascimento: ____/____/____ Telefone: _____

Investigação e Diagnóstico:

Especialidade a ser encaminhado: _____

Médico Responsável pela Referência - CRM _____

Consulta marcada: Data: ____/____/____ às ____:____ horas N° _____

Dr(a): _____

Seg.: _____ Sala: _____

Hospital/Clinica: _____

Endereço: _____

Observações:

- Obedeça as datas e horários estabelecidos
- Em caso de dúvidas procure a secretaria da saúde.
- Avise com antecedência por telefone se não for a consulta.



**Item 09****RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL****1ª COR BRANCA 2ª via papel pardo – TAMANHO 21,5CM ALTURA X 15 CM largura
5.000 blocos 2x50****RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL**

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE	
	PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CÂMARA Secretaria Municipal de Saúde Rua General David Canabarro, 164 Gen. Câmara-RS - CEP 95.820-000 FONE: (51) 3655.1066

1ª VIA - FARMÁCIA
2ª VIA - PACIENTE

Paciente:

Endereço:

PRESCRIÇÃO:

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR
Nome:
Identidade nº:
Órgão Emissor:
Endereço:
Cidade:
UF:
Telefone:

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR
Data: ____/____/____
Assinatura do Farmacêutico





Item 10

Carteira de Hipertensão

Frente e Verso – TAMANHO 8CM ALTURA X 11,4 CM largura

Gramatura da folha 180g/m²

5.000 unidades



Verso Carteira de Hipertensão





Data de Consultas				Grupo Sanguíneo _____		Fator RH: _____	
				Data		Horário	
Data		Horário		Data		Horário	
Medicação de uso contínuo				Data de Retirada de Medicamentos			
				Medicamento		Dosagem diária	
Medicamento		Dosagem diária		Indicação		Data de Retirada de Medicamentos	

Verificação de Pressão Arterial			
DATA	P.A.	Peso	



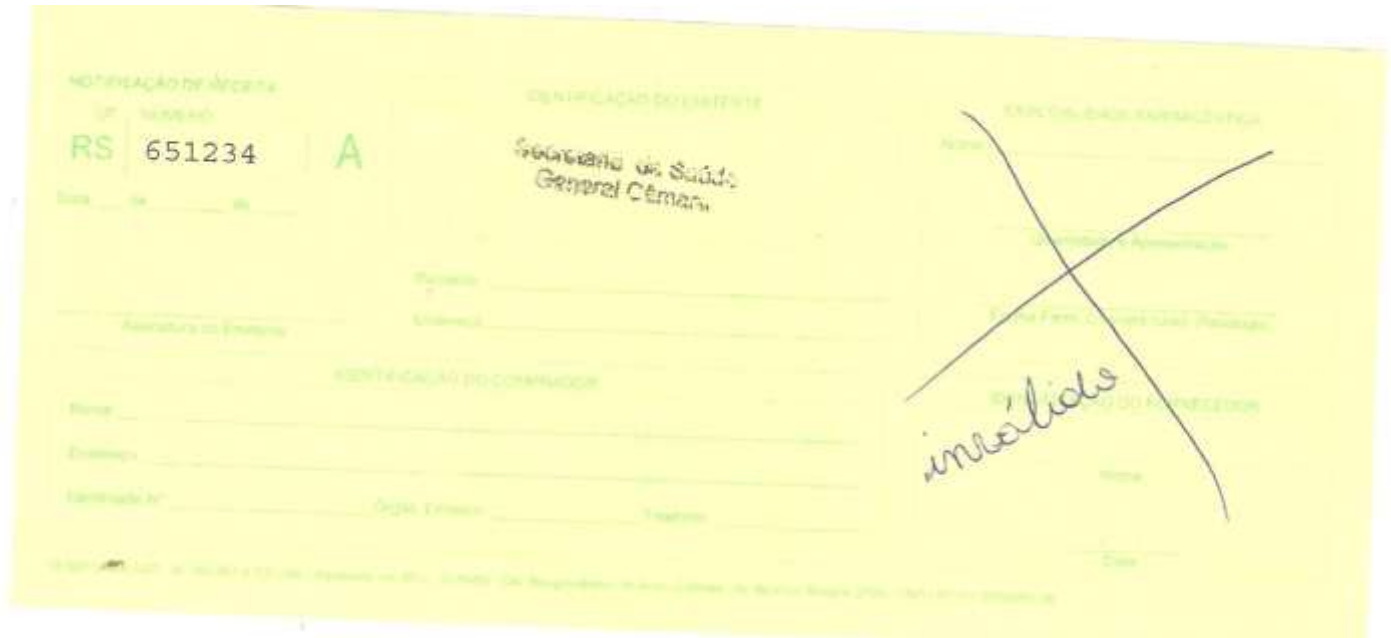


Item 11

Notificação de Receita A cor amarela

Frente – TAMANHO 3CM ALTURA X 7 CM largura

500 blocos 1x50





PREGÃO ELETRÔNICO nº 017/2017

ANEXO II

DECLARAÇÃO

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF _____ (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente). **DECLARA**, para fins de direito, na qualidade de **PROPONENTE** da Licitação instaurada pelo **MUNICÍPIO DE GENERAL CÂMARA**, Processo Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 017/2017**, que não foi declarada **INIDÔNEA** para licitar com o **PODER PÚBLICO** em qualquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

..... de de 2017.

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO
E CARIMBO DA EMPRESA**

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação)





PREGÃO ELETRÔNICO nº 017/2017

ANEXO III

DECLARAÇÃO

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF _____, (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente), _____

DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pelo **MUNICÍPIO DE GENERAL CÂMARA**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 017/2017**, que não possui em seus quadros pessoa menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega pessoas menores de dezesseis anos, conforme o Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

..... de de 2017.

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO
E CARIMBO DA EMPRESA**

*(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada
ou com o original para que se proceda à autenticação)*





MINUTA ATA REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO IV - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO ELETRÔNICO 017/2017

Aos..... dias do mês de de 2017, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE GENERAL CÂMARA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro a empresa, representada pelo, com sede na, CNPJ, simplesmente denominada FORNECEDOR, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S)**, e homologada às fls., referente à **Pregão Eletrônico nº 017/2017** Para **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de Material Elétrico para manutenção do Sistema de Iluminação Pública, para atender as necessidades da Secretarias Municipal da Obras e Viação em Conformidade com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e nos termos da Lei 8.666/93, com suas alterações e Decreto Municipal 031/2009, consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. O objeto da presente Ata é o Registro dos Preços para Aquisição de Material Elétrico para manutenção do Sistema de Iluminação Pública, para atender as necessidades da Secretarias Municipal da Obras e Viação, conforme descrição, marcas e preços constantes do Edital **Pregão Eletrônico n.º 017/2017**.

CLÁUSULA II - DO PREÇO

1. O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta.

2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administrativos, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

CLÁUSULA III - DO REAJUSTE DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

1. Os contratos oriundos do Registro de Preços poderão ter seus preços reajustados pelo IPCA ou pelo índice que lhe vier a substituir após 12 (doze) meses a contar da data da apresentação da proposta.

2. Os preços registrados, quando sujeitos a





controle oficial, poderão ser reajustados nos termos e prazos fixados pelo órgão controlador.

3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal à Comissão Permanente de Licitações desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.

4. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

5. O pedido de atualização dos preços aos preços praticados no mercado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido a obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.

6. O procedimento para eventuais solicitações de alteração de preços é o que segue: Processo protocolado no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de GENERAL CÂMARA e encaminhamento à Comissão de Licitações com todos os documentos de que trata o item 3 acima.

7. Independentemente do disposto no item 3, a Comissão de Licitações poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa do mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação na Imprensa Oficial de GENERAL CÂMARA.

CLÁUSULA IV - DOS PRAZOS

1. O FORNECEDOR poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pela Secretaria Municipal de Obras e Viação, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de GENERAL CÂMARA.

2. O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contado da assinatura da presente ata.

3. Em cada fornecimento, o prazo de entrega do produto será solicitado pela unidade requisitante, não podendo, todavia, ultrapassar 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor.

CLÁUSULA V - DOS PAGAMENTOS





1. O pagamento de cada compra será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto do contrato.

2. No caso de atraso no pagamento, o valor poderá ser corrigido e o índice de atualização financeira será o IPCA mensal incidente pro rata die desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento. No caso de extinção do IPCA, será utilizado outro índice que o Governo Federal determinar para substituí-lo.

3. A contratada suportará o ônus decorrente do atraso, caso as Notas Fiscais/Faturas contenham vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento.

CLÁUSULA VI - DA CONTRATAÇÃO

1. A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, de acordo com o Decreto Municipal 031/2009.

2. As obrigações decorrentes do fornecimento de bens constantes do registro de preços a serem firmadas entre o MUNICÍPIO DE GENERAL CÂMARA e o FORNECEDOR serão formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

3. O MUNICÍPIO DE GENERAL CÂMARA poderá dispensar o termo de contrato e optar por substituí-lo por Notas de Empenhos, ou outros instrumentos equivalentes, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, nos termos do § 4º, do artigo 62, da Lei 8.666/93.

4. Na hipótese do FORNECEDOR primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81, da Lei 8.666/93.

5. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o MUNICÍPIO poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo MUNICÍPIO, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

6. Os pedidos de fornecimento deverão ser formalizados pela Secretaria de Obras e Viação do Município.





7. As regras estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços serão o regramento das obrigações contratuais decorrentes da Nota de Empenho (Contrato).

8. As licitantes classificadas no Registro de Preços deverão atender o contratado constante na Nota de Empenho, independente do valor, sob pena de penalização.

CLÁUSULA VII - DA ENTREGA E DO TERMO DE RECEBIMENTO

1. O objeto será recebido provisoriamente pela Secretaria de Obras e Viação, onde deve ser efetuada a entrega ou por servidor designado pela Administração para recebimento do objeto contratado.

2. A contratação somente será considerada concluída mediante a emissão de TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, expedido por servidor designado da pela Secretaria de Obras e Viação.

3. O prazo para a emissão do TERMO E RECEBIMENTO DEFINITIVO será de 03 (três) dias úteis, contado do recebimento provisório.

4. Caso o produto não corresponda ao exigido pelo Edital, consoante subitem anterior, o FORNECEDOR deverá providenciar, no prazo máximo de até 7 (sete) dias, a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

5. O FORNECEDOR deverá entregar os bens nos locais determinados no instrumento contratual, (Nota de Empenho).

CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata do Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94, a critério da Administração.

2. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho), a Administração poderá aplicar, às Detentoras da Ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

2.1 MULTA

2.1.1 por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de meio (1/2%) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o sexto dia de atraso até o efetivo cumprimento da





obrigação, limitado a trinta dias;

2.1.2 em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10%(dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

2.1.3 transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15%(quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

2.1.4 a penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

2.1.5 As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94.

3. A ocorrência das hipóteses previstas nos subitens 2.1.2 e 2.1.3 desta Cláusula, além da aplicação da multa poderão ser aplicadas sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei 8666/93, conforme segue:

3.1 Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 1 (um) ano no caso de inexecução parcial do contrato;

3.2 Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos no caso de inexecução total do contrato;

3.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos de determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação após o ressarcimento da Administração dos prejuízos resultantes da inexecução parcial ou total do Contrato.

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78 da Lei 8.666/93.

2. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidências das sanções previstas no Edital, no Decreto Municipal





3485/2003, na Lei 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

3. A rescisão poderá ser unilateral, amigável (resilição) ou judicial, nos termos e condições previstas no art. 79 da Lei 8.666/93.

4. O FORNECEDOR reconhece os direitos do MUNICÍPIO nos casos de rescisão previstas nos arts. 77 e 80 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA X - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do FORNECEDOR poderá ser cancelado, garantida prévia defesa, no prazo de cinco (5) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I - pelo MUNICÍPIO, quando:

a) o FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no Edital ou Ata de Registro de Preços;

b) o FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar a Ata de Registro de Preços e/ou o contrato decorrente do registro de preços;

c) o FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa, de contrato decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883, de 06 de julho de 1994;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

e) por razões de interesse público, devidamente fundamentado, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

II - pelo FORNECEDOR, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços.

2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no inciso I do item 1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

4. No caso do FORNECEDOR encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial do Município, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do quinto dia útil, contado da publicação.





5. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do Registro de Preço, não o desobriga do fornecimento dos produtos, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de trinta dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório.

6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens constantes do registro de preços.

CLÁUSULA XI - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÕES DE BENS COM PREÇOS REGISTRADOS

1. Servirão de cobertura às contratações oriundas da Ata de Registro de Preços os recursos orçamentários da Secretaria Municipal da Obras e Viação da Prefeitura Municipal de GENERAL CÂMARA.

2. As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal ou a quem delegar competência.

CLÁUSULA XII - DO FORO

1. Fica eleito o Foro da cidade de GENERAL CÂMARA/RS, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata e pelo futuro contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata, o Edital Pregão Eletrônico 004/2016 para Registro de Preços e a proposta da empresa, classificada em 1º lugar, nos itens, na licitação.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, pelo Decreto Municipal nº 031/2009 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

GENERAL CÂMARA, de de 2017.

HELTON HOLZ BARRETO
Prefeito Municipal

